

RESUMO

O processo investigativo e analítico parte das aprendizagens experienciais vivenciada no ambiente das quadrilhas juninas, fundamentadas nos estudos epistemológicos sobre gênero durante a graduação no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, onde se objetivou compreender os aspectos e posturas que evidenciem o empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas na cidade de Barreiras, estado da Bahia. O empoderamento *queer* inicia a estrutura de resistências, empoderamento e chegando na visibilidade LGBTQIAPN+ que é o objeto de estudo e pós isso chegar ao protagonismo horizontal, na concepção de visibilidade busco nas teorias do feminismo negro conceitos e instrumentos para fazer dos espaços juninos espaços de visibilidade com notoriedade e expressão, conceitos como interseccionalidade e lugar de fala são estudo para se compreender a visibilidade LGBTQIAPN+ no espaços juninos e todas as potencialidades e adversidades desse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVES

Empoderamento Queer, Feminismo Negro, Pessoas Queer, Protagonismo Horizontal, Visibilidade LGBTQIAPN+.

ABSTRACT

The investigative and analytical process stems from experiential learning within the environment of quadrilhas juninas, grounded in epistemological studies on gender during the Bachelor's degree in Interdisciplinary Humanities. The study aimed to understand the aspects and attitudes that demonstrate queer empowerment in quadrilhas juninas in the city of Barreiras, Bahia. Queer empowerment initiates a structure of resistance and empowerment, ultimately leading to LGBTQIAPN+ visibility, which is the focus of this study. Regarding visibility, the study draws on Black Feminist theories to provide concepts and tools to transform junino spaces into arenas of visibility, recognition, and expression. Concepts such as intersectionality and standpoint are examined to understand LGBTQIAPN+ visibility within junino spaces, as well as all the potentialities and challenges of this phenomenon.

KEYWORDS

Queer empowerment, Black Feminism, Queer People, Horizontal Protagonism, LGBTQIAPN+ Visibility.

INTRODUÇÃO

“Não aceitamos mais a ideia de que a luta contra o racismo deva estar separada da luta contra o sexismo e da luta contra a homofobia.” (DAVIS, 2016, p. 34). Seguindo a ideia de Angela Davis, onde as lutas de gênero, classe e raça não podem ser inseparabilizadas, proponho a intersseccionalidade de lutas para o lugar de fala para dar base as visibilidades LGBTQIAPN+ nos espaços juninos, bases essas do feminismo negro como estrutura social, intelectual e política na luta contra as opressões que subjagam a comunidade LGBTQIAPN+, mulheres, contudo mulheres negras, onde todos esses grupos subjagados possam se fundir numa luta epistêmica e social numa classe interseccional. “Intersseccionalidade é uma ferramenta analítica que permite examinar como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, e outras formas de discriminação se sobrepõem e interagem.” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O artigo apresentado a leitura é um desdobramento de uma pesquisa (in) concluída do trabalho de conclusão do curso do bacharelado interdisciplinar deste pesquisador, em 2022, na Universidade Federal do Oeste da Bahia, pesquisa intitulada como “empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas do município de Barreiras-Ba” analise essa que procura entender o processo de empoderamento que antecede a visibilidade de pessoas *queer* nos grupos juninos, a resistência individual, coletiva, as lideranças nos grupos “A resistência *queer* surge de forma individual e singular (potência singular), isso porque é preciso estar desconfortável, oprimido, contra e ou se opor aos atos heteronormativos dos que estão com o poder no momento (SILVA, 2022, p .62) e mesmo com essas lideranças, ainda assim se mantêm as inevitáveis relações de poder, se mantem os discursos, códigos e atos heteronormativos. Ou seja dar continuidade a estrutura do processo de empoderamento *queer*, chegando na atual conjuntura de visibilidade sob perspectiva do feminismo negro e em outro momento o protagonismo horizontal atrelado a decolonialidade. Nisso no decorrer deste artigo procuro intercalar o *queer* com o LGBTQIAPN+ pois mesmo o *queer* fazendo parte da sigla, o mesmo é termo que tem um processo histórico de ressignificação devido a sua marginalização “Queer é uma palavra

usada por anglófonos há quase 400 anos. Na Inglaterra havia até uma rua *queer street*, onde viviam todos os vagabundos, os endividados, as prostitutas, pervertidos e devassos” (SILVA, 2022, p. 22), o termo antes pejorativo passa por uma reconfiguração e nisso a minha necessidade de mais conhecimento pela palavra e explanação ao mundo e pela literatura que aborda questões de vidas dissidentes da norma heterossexual, como aponta:

“O *queer* é o sujeito da sexualidade desviante que não deseja ser integrado, nem tolerado; é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o *queer* como referência. Assim, nos promove uma reflexão sobre o um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do 'entre-lugares', do indecível” (SILVA, 2022, p.26)

Muitas questões no mundo precisam ser debatidas, analisadas e conceituadas principalmente no campo social, nas relações do dia a dia. É fundamental cada um conhecer o seu espaço num debate, o seu lugar de fala. Esse lugar tem a ver com nossas experiências de vida, a forma e legitimidade que temos de dialogar sobre algo levando em consideração as nossas vivências. Mas tem os LGBTQIAPN+ um lugar de fala? Mesmo com toda liderança e ativismo social, artístico, burocrático, político, intelectual, epistemológico e cultural? Mesmo que as pessoas *queer* se empoderem principalmente no espaço junino, há visibilidade nesses espaços? Cabe aqui questionar, pois o espaço também é lugar de fala e empoderamento, intersseccionalidade e emancipação com base no feminismo negro.

Sobre a metodologia, revisito novamente minha pesquisa que foi citada acima, onde se embasa na pesquisa autobiográfica, que da base para muitas passagens deste artigo, pois eu mesmo como um corpo *queer* e fazedor de cultura dentro das quadrilhas juninas uso minhas vivências e percepções para teorizar o assunto “as narrativas autobiográficas não são apenas para descrever ou interpretar os acontecimentos pessoais e sim para retotalizar sinteticamente a vida e interação social desse sujeito, ou seja, uma para que haja uma resignificação das memórias (SILVA, 2022, p. 17). No processo de coleta de dados trabalhamos com os seguintes instrumentos de pesquisa: a) pesquisa

bibliográfica: i) com livros, artigos, teses e dissertações; b) narrativas orais coletados durante as visitas aos ensaios das quadrilhas juninas por meio de conversas informais com pessoas LGBTQIAPN+ ,atrelado a isso me debruço sobre as conceitos do feminismo negro, como lugar de fala e interseccionalidade, fazendo leituras que mesclam Djamila Ribeiro, Audre lorde e Bell Hooks.

A VISIBILIDADE LGBTQIAPN+ ATRELADA A PERSPECTIVA DO FEMINISMO NEGRO

O pensamento de lugar de fala vem dar e ser espaço para todas as vozes. A filósofa Djamila Ribeiro no seu livro “O que é lugar de fala? Com publicação em 2019, alerta sobre as desigualdades de oportunidades que diferentes grupos são submetidos e interferem nas rodas de discursões. Saber esse lugar de onde falamos é fundamental para que consigamos pensar nas questões de desigualdade social, no caso a sexual e de identidade de gênero e são temas que demoram muito para conseguir espaços nos discursos legais. Nas quadrilhas juninas existem representatividades LGBTQIAPN+, porém, ainda existe a ideia mesmo que subjetiva que os mesmos são coadjuvantes e não protagonistas como um todo nessas manifestações. Quando digo sobre protagonismo não é necessariamente uma centralidade única e intocável aos componentes *queer*, onde os heterossexuais não tenham vez e sim um protagonismo horizontal, ou um passo pós visibilidade “ Os movimentos que se organizam de forma horizontal não buscam vanguardas nem lideranças centralizadas; ao contrário, constroem um protagonismo coletivo, descentralizado e plural.” (ZIBECHI, 2008, p. 72) portanto, a busca é por um espaço de pluralidade e não apenas de talentos que compõe as apresentações e fora dos tablados continuam sendo marginalizados, fruto do pensamento colonialista que incorpora nas juninas, composições binárias, pois segundo Lugones (2008), o colonialismo não apenas impôs formas de exploração econômica, mas também instituiu um sistema de gênero hierárquico que inferiorizou mulheres e sexualidades dissidentes, transformando a sexualidade em instrumento de controle social e político. Como dito, essa processo visual nas juninas sendo algo do masculino e feminino não necessariamente é sobre

cisgêneros, ou seja, todos devem se adaptar aos padrões heteronormativos, quer dizer, sem os “trejeitos” que posso chamar revolucionariamente de “homonormativos”, pois diversos casais são formados por dois meninos onde um deles se monta no “padrão” feminino, duas meninas, onde uma delas tende a ser mais masculinizada, a questão é, visualmente, é preciso ter a figura pulsante e heteronormativa do masculino e feminino, concepções essas feitas pelas experiências pessoais, pois, desde os anos 2000 faço parte de grupos culturais juninos, juninas infantis que tinham os meninos afeminados e sofriam a cobrança da “postura” heterossexual é isso percorreu mas juninas infanto-juvenis e adultas, são experiência que formam as narrativas autobiográficas q nisso eu aponto que (SILVA, 2022) O gênero está intrinsicamente atrelado nas formas como o homem ou mulher deve se portar durante a história, sendo assim evidente o binarismo sexista” ou seja, para grande sociedade LGBTfóbica a “homonormatividade” está longe da normatividade, sendo assim as pessoas com liderança *queer* seriam oprimidas nesses espaços, portanto os discursos não devem ser feitos para grupos oprimidos e sim pelos grupos oprimidos, talvez aí começamos a entender e chegar ao lugar de fala.

Nos moldes de opressão, o olhar de Simone de Beauvoir citada no livro de Djamila Ribeiro, a filósofa francesa diz que “a relação que os homens mantêm com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estariam enredadas na má-fé dos homens que as veem e as querem como um objeto” (RIBEIRO, 2019, p. 22). A mulher não é vista por si e sim pelo olhar do homem, e numa a categoria do ser “outro” a mulher é o outro em relação ao homem, como o judeu é o outro para antissemita, o negro para o racista, o indígena para o colono e nisso o LGBTQAIPN+ é o ser outro para o heteronormativo e afunilando, a pessoa transgênera para os cisgêneros. A ativista, feminista, poetisa, ensaísta e outras mais artes, Audre Lorde nascida em Nova York, em 1934 se definia como negra, lésbica, mãe, guerreira, poetisa. Lutava pelo feminismo interseccional, onde possíveis fragmentos não colocassem hierarquia de opressão. Audre era vista como mulher negra na comunidade lésbica e lésbica na comunidade feminista negra e nunca os dois ao mesmo tempo num todo chamado mulher. O que dividia a luta dos grupos onde os grupos, mulheres negras não se importavam com a luta lésbica e vice-versa, mas se estamos

falando de feminismo não é preciso antes de tudo ter a sonoridade? a empatia, a alteridade?

“É inconcebível, para mim, que certa parte de minha identidade possa se beneficiar com a opressão de outra. Eu sei que meu povo não vai se beneficiar com a opressão de qualquer grupo que esteja também na busca pelo direito de existir em paz”. (LORDE, 1984, p. 236)

Essa intersseccionalidade é o conceito feminista que será o tende ser o elo da luta contra opressão que inserem a luta *queer* como resistência e aliada, e nos espaços juninos, onde os LGBTQIAPN+ mesmo com toda liderança sejam vistos com segundos olhos, tanto por membros dos espaços das juninos, como por pessoas de organizações (entidades, concursos, simpósios). Audre Lorde preza pela intersseccionalidade entre as mulheres negras, o que corrobora com a literatura de Djamila já que seu livro em tese lida com conceitos de empoderamento da população, contudo a mulher negra, fruto de resistência, pois feminismo não surgiu das mulheres que são as mais vitimadas pela opressão, as que são agredidas tanto pelo sexismo quanto racismo de forma mental, física e espiritual. No Estado Unidos, o feminismo surge em textos publicados se referiam ao grupo seletivo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta. Eram donas de casa que estavam entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, e queriam mais da vida, queriam igualdade nos empregos com os maridos, autonomia, porém esses textos não se preocupavam com quem iria ficar os filhos dessas mulheres brancas quando elas fossem libertadas para essas novas tarefas, ou seja, a literatura não se preocupava com as negras. “Interessava, ali, a conquista de direitos para um grupo específico de mulheres, o que se perpetuou, durante muito tempo, mesmo quando mulheres negras começaram a escrever”, (RIBEIRO, 2019, p.16).

A literatura em questão não se prendia na preocupação com as mulheres sem homens, sem filhos, sem lar, das mulheres negras, pobres, imigrantes e certamente não se preocupava com a vida de mulheres Indígenas, lésbicas trans e travestis. Eram textos que deixavam claro que as vítimas do sexismo eram as mulheres brancas com formação e que foram obrigadas e

condicionadas a permanecer em casa. Eram textos achados do feminismo branco, porém reais, merecedoras de atenção mais não mais importantes do que a urgência da maioria das mulheres preocupadas com a sobrevivência econômica e com a discriminação étnica e racial.

As mulheres negras eram segregadas do feminismo devido à falta de literaturas que as englobem nessas falas ou de feministas escritoras negras, e essa falta acarreta o racismo mesmo dentro de grupos feministas, os textos conservadores e de cunho LGBTfóbicos rendiam a deturpam a literatura *queer*, como aconteceu com Butler sobre seus conceitos de gênero transformado em ideologia de gênero, as tentativas de tentar deslegitimar sua literatura. Outro fator nessa literatura é que as pessoas que se propõem a estudar a vida de certo grupos não fazem parte deles e nisso mais que entender que a auto representação discursiva ajuda a dar visibilidade e voz a quem foi apagada durante toda vida de cidadania, os grupos privilegiados socialmente como os homens heteros e brancos possam achar que os diferentes deles tenham que ter um estudo, e assim eles possam ter sua visão universal de tudo, mesmo em lugares (falas) que eles não tenham nenhuma vivência. E nesses estudos feitos por quem não vive a vida *queer* se instaura o poder epistêmico de estudo sobre terceiros seja lá com quais fundamentos como aconteceu na literatura hierarquizada dos saberes como produto de classificação racial, claro uma hierarquia branca.

Quem possuiu o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento. (RIBEIRO, 2019, p. 16)

Nessa invisibilização do saber negro e outras formas de conhecimento, expõe essa hierarquia de conhecimento, de raça e gênero que afeta o uso da fala e espaços dos que se sintam oprimidos. A grande questão é reconhecer os

espaços de relações sociais que os LGBTQIAPN+ se inserem são legítimos principalmente quando esses espaços sejam liderados pelos mesmos. Para a ativista Audre Lorde (2019), não temos a hierarquia de opressão, isso atrelado nas causas de grupo oprimidos, sofre a opressão por ser mulher e por ser lésbica, onde dentro do feminismo todas são mulheres, ou seja não existe uma luta mais importante que a outra e sim uma luta feministas que engloba todas as mulheres mesmo cada uma com suas subjetividades,

Essa necessidade de fala surgida como resistência a essas opressões de sociais, o lugar de fala que nesse estudo em questão se torna espaço de fala. É importante que todas as pessoas *queer* estejam cientes desse lugar e fala, que falem de si, de suas trajetórias e cobrem que os demais os ouçam com dignidade, o não *queer* desde que aja intersseccionalidade, desde que aja o lugar de escuta, não é por representatividade nesse caso e sim o lugar de fala seja ouvido e o lugar de escuta se cale para entender as questões, demandas, história, enfim, saber ouvir é fator principal no processo de entendimento da trajetória de alguém ou de um grupo, principalmente quando esse grupo está em processo de empoderamento e assim a visibilidade, essa fala ouvida é empoderamento e quando um coletivo se empodera ou está nesse processo pode-se encontrar os que vão deslegitima-los e com uso de falas coletivas, porém numa visão universalista que só falam do outro sobre seus olhares em relação ao outro, isso muito baseado no não lugar de escuta, assim fazendo das falas *queer*, no caso, separatistas e identitárias ou até superestimadas.

Esse empoderamento gera representatividade e nisso a visibilidade que permeia o espaços de desigualdade, afinal gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros mais propriamente as travestis, estão liderando “Falar de empoderamento é falar de redistribuição de poder em uma sociedade marcada pela desigualdade racial e de gênero.” (BERTH, 2019, p. 18). Essas pessoas dissidentes das normas estão cuidando da logística e dinâmica dos grupos de quadrilhas juninas, nada mais justo que a vida “LGBTQIAPN+normativa” seja aceita e respeitada, não como expressão única ou uma “ditadura gayzista” como as camadas conservadoras intitulam para subalternizar a resistência e visibilidade LGBTQIAPN+, mas fazendo parte de um todo pluralizado, onde um casal pode ser formado sim por dois homens sejam cisgêneros ou transgêneros,

que o casal de noivos pode sim ser dois homens ou duas mulheres que querem se casar nas noites de São João, que a rainha oficial da quadrilha possa ser uma travesti, drag, ou garota transgênera, e não apenas um concurso à parte pra eleger uma rainha da diversidade, As tradições são mutáveis assim como o mundo, o tempo, a história. Afinal ser *queer* em uma junina vai muito além de ser ou se montar como uma garota de traços heteronormativos, um concurso da diversidade não é ruim, porém se a junina eleger ter sua rainha oficial uma mulher trans que seja aceita e respeitada, que o(a) marcador(a) do grupo quando possível possa ser sim uma *drag* junina, que as travestis possam se expressar pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, não apenas pela estética feminina e sim por ter direitos sem se preocupar a transparecer uma heteronormatividade que não é delas, e sempre deixando suas identidades trans transparecer com orgulho e representatividade. Nos grupos essa representatividade está interligada a visibilidade, já que a diferença é sutil porém bem definida, pois representatividade está atrelada a voz, poder e decisão o que entendo como resultados do empoderamento, ou seja as lideranças LGBTQIAPN+, a visibilidade é o que vem pós isso, é a expressão, o visual, ser visto ou vista, as características antes oprimidas agora expostas e enaltecidas, e com a visibilidade aceita e respeitada se tem o protagonismo horizontal. essas pessoas fazem valer a busca por isso. O protagonismo horizontal que é fruto da visibilidade conseguida e que se oriunda das lutas pelo empoderamento, tem o dever de combater as opressões que antes eram sofridas e não repeti-las mesmo que de forma velada” O protagonismo horizontal nas lutas sociais é fundamental para que não se reproduzam as formas de opressão que se pretende combater.” (FEDERICI, 2004, p. 233), e nisso percebo uma estrutura que se matem da seguinte forma, resistência singular, pessoal que surge da incomodo dos modos de um grupo, resistência plural e coletiva, onde várias pessoas comungam do mesmo incômodo, coletividade que se une e chega ao empoderamento, e as lideranças para assim se ter representatividade (voz e poder) e assim chegar a visibilidade que muitos grupos já fazem e conseguem (ou seja a heteronorma já consegue ser “superada”) é isso implica neste artigo, próximo passo é o protagonismo horizontal, ou seja, a junção de representatividade e visibilidade, combatendo códigos e atos opressores e coloniais, talvez por isso a importância do (in) concluído, pois o do protagonismo

horizontal é a etapa que deve se apegar as práticas decoloniais, como aponta Lugones (2010) a autora destaca que uma prática decolonial exige formas de organização social que não reproduzam opressões, assim se promove o protagonismo horizontal e as vozes grupos marginalizados são valorizados.

(IN) CONCLUSÕES

Com a visibilidade, a ideia não é fazer dos héteros os coadjuvantes, e sim que pessoas LGBTQIAPN+ tenham a real expressão e assim um protagonismo na pluralidade assim como os próprios heteros, ou seja nesse espaço junino de pluralidades, as pessoas *queer* devem ser tão protagonistas quanto as pessoas não *queer*. A linguagem pode abrir espaços ou bloqueá-los, depende de quem vai usar e como ser usada o que se funde com a fala quando se é ciente do poder dela como mecanismo de democracia ou opressão em relação de quem vai escutar. “A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora”, (RIBEIRO, 2019, p.17). Quando se tem o poder do lugar de fala e se faz protagonista dentro do espaço vamos desnaturalizar o pensamento de submissão dos componentes *queer* por acharem que sempre serão o outro ser dos heteros nesses espaços, nas instituições sociais, no dia a dia. Esse espaço de fala é materialização dos atos do lugar de fala *queer*, um empoderamento que promove a visibilidade que vem surgido da resistência que não espera mais ter a oportunidade de falar ou se expressar e de existir e assim haver o protagonismo horizontal para ter as mesmas oportunidades e direitos como todos os outros componentes. Direitos que devem ser percebidos desde a entrada nos grupos culturais, nos ensaios, nos regimentos de concursos, nos estatutos das entidades, nos destaques, nas mídias sociais, ou seja na visibilidade dos grupos, processo oriunda do empoderamento a visibilidade e antecessora do protagonista horizontal e decolonial que igualiza todos e sem opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERT, Joyce. **O que é empoderamento?** São Paulo: Jandaíra, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** Stanford Law Review, 43(6), 1241–1299, 1991/2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa.** São Paulo: Autonomia Literária, 2004.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 11. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches.** Trumansburg, NY: Crossing Press, 1984.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género.** Tabula Rasa, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. **Toward a decolonial feminism.** In: DESAI, Meghna; IYER, Shirin M. (Ed.). The Palgrave Handbook of Gender and Development. London: Palgrave Macmillan, 2010. P. 85-102.

SILVA, Diego. **Empoderamento queer nas quadrilha juninas do município de Barreiras-Bahia.** Universidade Federal do Oeste da Bahia. 2022

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Pólen. 2019.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento.** Buenos Aires: Ediciones Desde Abajo, 2008.

Original recebido em: 21 de outubro de 2025

Aceito para publicação em: 14 de janeiro de 2026